

# Mercês e cartografia no governo do Império Marítimo Português: o caso de João Teixeira

**Marcello José Gomes Loureiro**

*Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Concluiu os Cursos de Especialização em História Militar Brasileira (UNIRIO) e em História do Brasil (UFF); é bacharel e licenciado em História (UERJ) e bacharel pela Escola Naval, com habilitação em Administração.*

## RESUMO

Em um contexto de Antigo Regime, os Teixeiras produziram diversas cartas representando os domínios portugueses na América. Tais cartas eram narrativas das possessões lusas e permitiam que a coroa obtivesse conhecimento e pudesse formular uma gestão de seus mais distantes territórios. É preciso refletir até que ponto tais narrativas não eram formuladas para atender aos interesses da monarquia católica portuguesa, ou de alguns de seus grupos, mitigando assim informações impertinentes. Por exemplo, as informações apresentadas por João Teixeira afastavam muito daquelas registradas na documentação oficial. Analogamente, em suas representações de 1630, 1637, 1640 e 1642, João Teixeira inseria o Rio da Prata, região que ao menos desde a década de 1580 estabelecia comércio com o Império português, nas demarcações lusas, explicitando, dessa forma, a pretensão do direito português sobre áreas pertencentes ao Império de Castela. Nesse sentido, João Teixeira, como cartógrafo interessado em prestar serviços para a coroa, procurava elaborar representações que fossem da utilidade e benefício do serviço real. Não se pode esquecer que a monarquia costumava recompensar aqueles que lhe prestavam serviços. Sob uma cultura política de Antigo Regime, em que serviços prestados por vassalos eram trocados por mercês régias, as representações cartográficas muito provavelmente tiveram de se alinhar aos interesses da coroa. Não foi à toa, então, que a car-

## ABSTRACT

In the context of the Ancien Régime, the Teixeiras produced several maps representing the Portuguese dominions in the America. These maps were narratives of possessions and allowed the Crown could obtain knowledge and develop a management of its more distant territories. We need to reflect the extent to which these narratives were not designed to serve the interests of the Portuguese Catholic monarchy, or some of their groups, thus mitigating information impertinent. For example, the information presented by João Teixeira far removed from those recorded in the official documentation. Similarly, in João Teixeira's representations of 1630, 1637, 1640 and 1642, he enter the River Plate, a region at least since the 1580s established trade with the Portuguese Empire, in the demarcation of Portugal, explaining thus the claim Portuguese law on the areas belonging to the empire of Castile. In this sense, João Teixeira, as a cartographer interested in providing services to the Crown, sought to build representations that were of benefit and utility of the actual service. Do not forget that the monarchy used to reward those who provide services. In a political culture of the Ancien Régime, in which services of vassals were exchanged for royal favors, cartographic representations most likely had to tack to the interests of the Crown. No wonder, then, that the mapping of João Teixeira overestimated the defense of the city of Rio

tografia de João Teixeira superestimou a defesa da cidade do Rio de Janeiro, bem como recorreu a diversos dispositivos gráficos para posicionar a região do Rio da Prata nas demarcações lusas de Tordesilhas. Assim, este trabalho pretende, a partir das informações apresentadas nas cartas de João Teixeira Albernaz, discutir alguns dos modos de legitimação e gestão da coroa portuguesa, demonstrando como seu “governo” dependia de uma série de informações advindas dos espaços locais da monarquia, geradas por homens que frequentemente esperavam ser reconhecidos pelos serviços que prestavam.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neotomismo; Império Português; João Teixeira Albernaz

de Janeiro, as well as several graphics devices used to position the region of the River Plate in the Portuguese demarcation of Tordesillas. Then, this paper aims, from the information presented in the maps of João Teixeira Albernaz, discuss some of the modes of legitimation and management of the Portuguese Crown, demonstrating how his “government” depended on a range of information from the local spaces of the monarchy, generated often by men who were waiting to be recognized for their services.

**KEYWORDS:** Neotomism; Portuguese Empire; João Teixeira Albernaz

## 1. CULTURA E DINÂMICA POLÍTICA NO ESTADO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVII

Compreender a dinâmica de uma monarquia ibérica, em um contexto de Antigo Regime, significa, antes de tudo, remeter-se a uma cultura política modulada pela linguagem normativa da segunda escolástica. Forjada como uma tentativa de resposta para as questões religiosas e filosóficas surgidas no contexto da Reforma Protestante, os preceitos de tal linguagem podem ser encontrados, por exemplo, nas obras de Luís Molina, Francisco Vitória, Francisco Suárez e Juan de Solórzano Pereira para o caso espanhol; para o português, em Francisco Velasco de Gouvêa e nos escritos do Padre Antônio Vieira (SKINNER, 1996: 414-449; PUJOL, 2007: 447-457). Grosso modo, eles buscavam, a partir da resignificação de ideias medievais, consagrar a monarquia e a autoridade régia.

Considerando *la religión como primer fundamento del orden social*, defendiam uma sociedade cuja representação se alinha com o paradigma corporativista (ANZOÁTEGUI, 2003: 283). Tal ordem social, com sua hierarquia dada pelos séculos e conformada pelo direito, era considerada natural e explícita ante aos olhos: as diferenças deveriam ser sempre evidenciadas. A cultura política não era a da inovação, mas sim a da permanência, a da repetição. Até porque o direito natural, que deveria enformar todas as ações humanas, é imutável (HESPANHA, 1994: 307-323).

Em Portugal, um exemplo claro dessa noção de conservação está na literatura do início do século XVII. Referindo-se às detestáveis possibilidades de transformação advindas da sorte, que pode alterar os estados de maneira tempestiva e imprevisível, assim Bento Teixeira escreveu em sua *Prosopopéia*, em 1601:

O sorte tão cruel como mudável  
Por que usurpas aos bons o seu direito?  
Escolhes sempre o mais abominável,  
Reprovas e abominas o perfeito.  
O menos digno fazes agradável,  
O agradável mais, menos aceito.  
Ó frágil, inconstante, quebradiça,  
Roubadora dos bens e da Justiça! (TEIXEIRA, 1601: estrofe XXXV).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Embora com sentido pouco distinto, também nos escritos da *Beuern* medieval é possível encontrar caracterizações negativas acerca da sorte, como nos versos a seguir: *Bruta sorte,/ és de morte:/ tua roda é volúvel,/ benfazeja,/ malfazeja,/ toda sorte é dissolúvel./ Disfarçada/ de boa fada,/ minha ruína sempre queres;/ simulando/ estar brincando/ minhas costas nuas feres*. Sobre tais versos, consultar: *Carmina Burana*: Canções de *Beuern*. ►

De acordo com as construções teológicas do neotomismo ibérico, Deus atribuiu funções sociais metaforicamente expressas na monarquia: enquanto o rei era o cabeça, responsável por dirimir os conflitos nessa hierarquia, garantindo os direitos e deveres característicos de uma justiça equitativa, a nobreza era os braços; o clero, o coração; e os camponeses, os peões, os pés responsáveis pela sustentação desse corpo social (HESPANHA, 1994: 297-306).

Com inspiração nas teorias medievais que prediziam a teleologia da história, uma elite de letrados defendia que a conservação da harmonia desse corpo-social era de importância primacial para que o conjunto orgânico decorrente pudesse cumprir o seu destino metafísico perante Deus.

Nesse esquema, portanto, a cabeça, o próprio rei, não podia ser confundida com as demais partes do corpo. O bom governo do rei devia garantir a paz interna e externa e, principalmente, respeitar os direitos, obrigações, interesses, autonomias, e prerrogativas de cada parte dessa sociedade-corpo. Em suma, respeitar o autogoverno das partes para a plena e perfeita manutenção daquela harmonia, verdadeiro pressuposto do princípio do *pro bono communis*, ou seja, do bem comum.

Um dos resultados das concepções da segunda escolástica é a noção implícita de que havia um pacto político entre o soberano e seus vassalos, revelando-se assim, em última instância, uma dimensão contratual no Antigo Regime ibérico. Foi exatamente o que escreveu Francisco Velasco de Gouvêa, em 1642, em sua obra *Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal Dom João IV*. Nela, o autor defende que os súditos podem destituir o rei, se este não cumprir seu papel no pacto tácito que estabeleceu com a sociedade. No caso, referia-se, por um lado, à destituição de Filipe IV, acusado de não respeitar os acordos de Tomar, de 1581, e, por outro, à justa aclamação do Duque de Bragança como Dom João IV. Muito mais

se escreveu na literatura jurídica sobre este tema. Apenas para registrar exemplos, vale citar O *Manifesto do Reyno de Portugal*, do Secretário de Dom João IV, António Paes Viegas (Lisboa, 1641); a *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*, de João Pinto Ribeiro (Lisboa, 1642) e a *Oração Apodixica aos Semânticos da Pátria*, do “brasileiro” Diogo Gomes (Lisboa, 1641) (GODINHO, 1992: 309-318).

Em termos práticos, as relações sinagmáticas entre o monarca e seus vassalos podem ser verificadas no sistema de mercês. Com origem nas guerras contra os muçulmanos na Baixa Idade Média, esse sistema definia o pacto político entre os vassalos da monarquia e o monarca e consistia no reconhecimento aos serviços por eles prestados. Assim, por um lado, os vassalos prestavam serviços à coroa, como, por exemplo, participavam de guerras ou financiavam projetos do Estado e, em contrapartida, recebiam mercês, que se traduziam por diversos tipos de prerrogativas, como cargos administrativos, precedências, distinções, isenções fiscais, monopólios, títulos que geravam remuneração, etc. Assim, o ato real de conceder, chamado pela historiografia portuguesa de *liberalidade régia*, construía uma cadeia de obrigações recíprocas entre o rei e seus vassalos, gerando para esses últimos uma noção de pertencimento (OLIVAL, 2001: 15-38).

Se, por um lado, o sistema de mercês proporcionava a possibilidade de ascensão social para os vassalos de el-rei, por outro era fundamental para a governabilidade régia. Afinal, para se viabilizar, a monarquia dependia da lealdade de diversos oficiais da coroa, dispersos em intrincadas redes imperiais (FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2000: 81-83; CASALILLA, 2009: 11-94). Era a capacidade de *brokers* como Salvador Correia de Sá e João de Lencastre de movimentar redes que trazia substância à política ultramarina portuguesa (FRAGOSO & GOUVÊA, 2010: 56). O rei se representava graças à lealdade

---

► Apresentação de Segismundo Spina, introdução e tradução de Maurice van Woensel. São Paulo: Ars Poética, 1994, p. 175-176. Seja como for, para Raphael Bluteau, sorte pode ser entendida, em suma, como: *tudo que sucede acaso, sem princípio certo, nem causa conhecida*. Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/sorte>. Acessado em 30 de agosto de 2011.

desses homens, que transformavam política em ação governativa. Frequentemente adaptavam as ordens régias às realidades locais, de acordo com os seus interesses e os de suas redes. Por isso, John Elliott afirmou que a autoridade real era *filtrada, mediada e dispersada* (2004: 299).

Para se gerir esse Império Marítimo Português, pluriocênico e pluricontinental, havia uma complexa estrutura administrativa de gestão. Contudo, em face das características da monarquia católica portuguesa, não se deve pensar que *Gestão* pode ser associada à adoção sistemática de uma política estatal raciológica, que se traduza por uma espécie de administração pública weberiana.

Seja como for, as dificuldades não eram inexpressivas. Tratava-se de governar um Estado vasto e composto, com enorme extensão territorial, operada graças a uma conquista militar; em decorrência, governava-se também uma pluralidade de povos, portadores de distintas culturas (DUVERGER, 2008: 19-38). Dispondo de poucos contingentes e recursos, a coroa tinha de estabelecer meios de manter o domínio de vastas áreas, compensando longas distâncias entre suas remotas possessões e Lisboa. As mercês funcionavam, portanto, como ímãs, que atraíam as possessões distantes, com tendência centrífuga, ao centro do Império. (RAMINELLI, 2008: 17-60).

De forma concreta, a gestão se traduz pelo próprio diálogo entre os Conselhos Superiores da monarquia, que discutiam a administração financeira, militar e patrimonial do Império. O processo, que dependia das informações que circulavam sob o ritmo das velas dos navios, era complexo e moroso: exame de cartas, representações e aconselhamentos diversos, produzidos nos mais diversos poderes, centrais ou locais (LOUREIRO, 2010).

Diogo Ramada Curto e Ronald Raminelli ressaltam que, na gestão do Império, os arbítrios e narrativas faziam parte da lógica redistributiva do Antigo Regime. Inventários, crônicas e mapas codificavam o mundo ultramarino, subsidiando o processo decisório do núcleo administrativo, viabilizando o governo pelo Estado, de modo que *o conhe-*

*cimento era parte de uma troca, de um negócio entre o rei e seus súditos* (RAMINELLI, 2008: 80).

A literatura de arbítrios e advertências representaria, inclusive, algo de novo nos circuitos de comunicação política da monarquia, apontando, em última instância, para uma modernização das estruturas do Estado e do Império. Tais narrativas, que partiam da própria experiência e interesses de seus autores, admitiam, frequentemente, finalidade pedagógica, já que ensinavam aos futuros oficiais régios como funcionavam as instituições e os negócios nos poderes centrais ou mesmo locais; assumiam também função normativa, porque poderiam ser assimiladas na concepção de novos regimentos; e, ainda, pessoal, já que sua leitura poderia viabilizar o reconhecimento régio e a justa distribuição de mercês (CURTO, 2009: 177-189).

Nesse sentido, os mapas podem ser considerados um importante instrumento de governo, fundamentais para o exercício do poder real; faziam com que o Império pudesse ser visualizado e, de alguma forma, políticas pudessem ser formuladas para seu controle. Sem as representações cartográficas,

toda a experiência acumulada pelos conquistadores e viajantes estaria perdida. Sem esses rumos, os navegantes deveriam descobrir as mesmas rotas a cada vez que a percorressem. (...) Os mapas expressam, portanto, projetos de centralização do poder, de construção de um centro e várias periferias. Eram ainda meios de expandir fronteiras, controlar o comércio e negociar com impérios rivais. (...) Frequentemente os reis contratavam cartógrafos, mas havia também a possibilidade de presentear o soberano na esperança de receber mercê (RAMINELLI, 2008: 30).

Talvez, a intenção de Fernão Vaz Dourado fosse exatamente a de receber mercês, quando dedicou um atlas ricamente iluminado ao Rei Dom Sebastião, em 1575. Sete anos antes, já houvera dedicado um atlas universal a Dom Luís de Ataíde, Vice-Rei da Índia, regis-

trando abaixo de seu brasão de armas: *Luís impera, reina em submissão a Cristo. E a sua vitória é certa* (RAMINELLI: 2008, p. 30).

Assim, longe de ser um decisor dotado de todo saber, o rei dependia do papel para governar. Governar, portanto, era informar (ordenar) e ser informado. Eram as “cadeias de papel” e a circulação de informações que traziam unidade ao Império, intermediando o centro e suas periferias. Nessa perspectiva, é fundamental reconhecer os oficiais régios e cartógrafos *como produtores e transmissores de poderes e saberes, que deram forma e viabilizaram a governabilidade portuguesa através de seu contexto imperial* (GOUVÊA & NOGUEIRA, 2007: 90-110).

O quadro se torna mais complexo quando se considera que a informação que chega ao rei normalmente é filtrada, se é que pode ser qualificada dessa forma, por determinados homens de Estado (incluindo-se cartógrafos) que possuíam interesses e aguardavam mercês como resultados de suas narrativas.

## 2. OS TEIXEIRAS E SEUS FAVORES A MONARQUIA

De meados do século XVI até fins do século XVIII, a família dos Teixeira se notabilizou em Portugal em função de sua produção cartográfica. O primeiro Teixeira a se destacar foi Luís Teixeira, filho do cartógrafo

Pero Fernandes, que, após ser examinado pelo Cosmógrafo-Mor Pedro Nunes, obteve a licença para fazer cartas e instrumentos náuticos em 1596. Ao que se sabe, produziu 15 mapas. Luís Teixeira foi pai não apenas de João Teixeira, mas também de Pedro Teixeira Albernaz, além de irmão de Domingos Teixeira, ambos também cartógrafos.

Conforme explica António Silva Ribeiro, *resulta claro que os saberes da cartografia, por esta ser uma arte e uma técnica praticada nas oficinas de reputados mestres, se perpetuavam com frequência em algumas famílias, o que dava origem a verdadeiras dinastias continuadas por filhos e netos, que aprendiam com seus ascendentes a arte de desenhar cartas. (...) No século XVII, prevaleceu a dos Teixeiras* (2011: 92).

João Teixeira Albernaz, conhecido como “o velho”, foi avô de um cartógrafo homônimo, porém conhecido como “o moço”. Sua produção inclui 19 atlas, totalizando 215 cartas. Em 1602, recebeu Carta de Ofício de Mestre em fazer *cartas de marear, astrolábios, agulhas e balestilhas*, tendo sido examinado pelo Cosmógrafo-Mor do Reino, João Baptista Lavanha, que fora mestre de Pedro Teixeira (RIBEIRO, 2011: 106-107). Muito embora tenha sido feito cartógrafo da Casa da Mina e Índia, não recebeu as mercês que esperava como recompensa por seus trabalhos.

Em seu Atlas de 1627, João Teixeira, o velho, escreveu o seguinte:



Mapa-múndi de Domingos Teixeira (1573)

Este porto do Rio de Janeiro é o melhor e mais defensável que há em todo o estado do Brasil, é capaz de muitas e grandes embarcações, e podem-se fazer nele grandes armadas. Há nesta terra muita madeira para se fazerem navios e tudo o mais para apresto deles é necessário sem esperar nada da Europa. É muito rica e abundante e de bons ares. Está em altura de 23 graus da parte do sul (CORTE-SÃO, 1965: 49).

Neste trecho, João Teixeira alertava para o potencial defensivo do porto, além da sua capacidade de permitir a operacionalização de diversas embarcações. Chama a atenção, em acréscimo, para a possibilidade de construção naval, em face da abundância de madeira. A ideia de uma autossuficiência do Rio de Janeiro, que não precisa *esperar nada da Europa*, sugere suas relações comerciais com outras praças da América portuguesa e com Buenos Aires, na Bacia do Prata.

Nos séculos XVI e XVII, a Baía de Guanabara consistia em ponto de parada quase obrigatório para as embarcações que demandavam o Oceano Índico para comércio no Oriente. Isso porque os navios que saíam de Lisboa com esse destino não tinham condições náuticas de superar a corrente norte de Benguela. Essa corrente atlântica da costa africana, por ter sentido contrário, impedia que a maioria das embarcações a vela tangenciasse a costa africana em uma pernada direta Lisboa-Cabo da Boa Esperança. Com isso, os navegadores portugueses eram obrigados a cumprir o que se chamava de *volta do mar*: costeavam o litoral africano até o arquipélago de Cabo Verde, navegando a favor da corrente sul equatorial. Nessa altura, demandavam o Nordeste brasileiro para descerem aproximadamente até Cabo Frio, no mesmo sentido da corrente do Brasil. Aí costumavam atracar no Rio de Janeiro para reabastecimento ou reparo. Depois, seguiam com a corrente das Malvinas até o Cabo da Boa Esperança (ALEN-

CASTRO, 2000: 57-63). A Baía de Guanabara (bem como a Baía de Todos os Santos), devido a dinâmica das correntes marítimas do Atlântico Sul, representava então ponto altamente estratégico para a carreira das Índias e para o comércio português no Oriente.

Além disso, a Guanabara dispunha de várias características naturais que facilitaram a instalação da Cidade do Rio de Janeiro e a organização de sua defesa. A baía pode ser considerada um *forte natural*, um verdadeiro *cofre náutico*, com 140 quilômetros de perímetro, mas com uma entrada estreita, de apenas 1.600 metros entre seus limites, os morros do Pão de Açúcar e de Santa Cruz. A largura interna da baía pode chegar a até 28km, com profundidade satisfatória para fundeio de diversos navios simultaneamente. Facilitando o controle sobre a entrada e saída de embarcações das águas calmas da baía, há a Pedra da Laje, cuja posição estratégica perfazia a triangulação militar com aqueles outros dois morros (SANTOS, 1993: 13-15).

Acrescente-se a isso que seus maciços litorâneos têm inclinações abruptas voltadas para o oceano; excelentes pontos de vigilância, eles dificultavam a passagem de tempestades e invasores, possibilitando também a construção de fortificações e a instalação de artilharia. Com essas características, a Guanabara se constituía um porto de abrigo para as embarcações que evitavam possíveis tempestades que ocorriam em alto mar.

Pode-se sugerir, ainda, que a retaguarda da baía, por sua vez, era naturalmente defendida por um sistema de morros – como a serra do Mar – longamente erodido, o que conseqüentemente produziu áreas sedimentares circundantes. Tais terrenos, normalmente baixadas reais, sofreram ação de marés altas ou de intensa precipitação, transformando-se em lagoas ou pântanos.<sup>2</sup> Assim, dificultando qualquer tentativa de invasão, tanto pelo litoral quanto pelo continente, esses morros cercados por terrenos alagadiços representaram outra facilidade natural para consecução da defesa do Rio.

<sup>2</sup> Se no passado eles compuseram a arquitetura defensiva da cidade, mais tarde causaram altos custos de urbanização, em virtude da necessidade constante de aterramento.

Diversos viajantes e cronistas registraram as possibilidades de se utilizar essas comodidades naturais para a organização da defesa. Gandavo, na segunda metade do século XVI, escreveu que no meio da barra de entrada da Baía de Guanabara está *uma Lájea (sic), na qual se pode fazer uma fortaleza para defesa (sic) da terra (...)* Esta é uma das mais seguras e melhores barras que há nestas partes, pela qual podem quaisquer naus entrar e sair a todo o tempo sem temor de nenhum perigo (BICALHO, 2003: 32). Já Fernão Cardim, após assinalar as maravilhas naturais criadas por Deus na região da Guanabara e também sugerir a instalação de uma fortaleza na Pedra da Laje, considerou que a baía seria *cousa inexpugnável* (BICALHO, 2003, 32).

A intervenção do homem na natureza se materializou de forma mais relevante quando Mem de Sá fixou oficialmente a cidade, a 60 metros de altitude, no Morro do Descanso. O morro, cercado em sua parte ocidental pela Lagoa do Boqueirão, logo ficou conhecido como Morro do Castelo, em virtude de suas baterias de artilharia. Devido a sua altitude, impondo-se na paisagem, a cidade podia ver e ser vista, a exemplo de outras cidades renascentistas.

Ainda na segunda metade do século XVI e a partir desse quadro de proteção natural, os portugueses desenvolveram um sistema militar de defesa para a Baía de Guanabara, construindo primeiramente as defesas fortificadas de Nossa Senhora da Guia (anterior a 1580) e de São João (anterior a 1618) nas extremidades da barra. Alinhadas, essas baterias procuravam obstaculizar a penetração na baía de qualquer embarcação inimiga com seu fogo cruzado. No interior da Guanabara, foram erguidas as de São Tiago, na ponta da piabaça, e o baluarte do Morro do Castelo, chamado de São Sebastião, além da instalação de uma bateria chamada de Santa Cruz, na Rua Direita, origem da Igreja de Santa Cruz dos Militares. Estas estavam estrategicamente recuadas exatamente para impedir os ataques de qualquer navio que porventura transpusesse a primeira linha de fortes.

Graças ao Atlas do Estado do Brasil de João Teixeira Albernaz, de 1631, sabe-se que os por-

tugueses não utilizavam a Ilha de Villegagnon como fortim nessa época (FERREZ, 1973:12). De acordo com o mesmo Atlas, haviam sido instaladas outras fortalezas, como a de São Martinho, acima de São João, e a de Santa Margarida, na Ilha das Cobras (refeita posteriormente por Salvador Correia de Sá e Benevides em 1637), bem como diversas baterias menores estavam espalhadas pela cidade.

Com a crescente ameaça holandesa no início do século XVII e, sobretudo, com a concreta invasão flamenga na cidade de Salvador em 1624, a Administração local precisou repensar a defesa da cidade. Nesse sentido, entre 1628 e 1633, reforçou-se São João, constituída a partir de então de quatro baterias; incrementou-se Nossa Senhora da Guia com obra de alvenaria em 1624, sendo rebatizada nessa ocasião com o nome de Santa Cruz da Barra; *índios amigos* foram arregimentados pelos jesuítas, sendo mantidos em prontidão; ao baluarte do Castelo foi acrescentado um Fortim e se reforçou ainda o Fortim de San Tiago, construído em 1603. Em que pesem esses esforços, durante o Governo de Martim de Sá (1623-1632), que praticamente com recursos próprios providenciou tais incrementos na defesa, apareceu em Cabo Frio um navio holandês em busca de pau-brasil (FERREZ, 1971: 137).

Em que pesem as facilidades naturais, exaltadas pelos cronistas, ou mesmo os esforços de alguns para o incremento da defesa, os documentos oficiais indicam reiteradamente o despreparo da Cidade do Rio de Janeiro para o caso de invasões. Na década de 1640, quando as ameaças de invasão holandesa no Rio de Janeiro geravam temor não apenas na cidade fluminense, mas também no Conselho Ultramarino, em Lisboa, os governadores frequentemente reclamavam do estado de conservação das fortalezas, como fez Duarte Correia Vasquesanes, tio de Salvador Correia de Sá e Benevides, por meio de três cartas que escreveu ao rei nos primeiros meses de 1646. Salvador Correia de Sá e Benevides também solicitou o envio de auxílios militares ao Rio por diversas vezes, mas sobretudo por ocasião de sua partida para a Reconquista de Angola, em 1648 (AHU, Rio de Janeiro, Castro e Almeida, Cx. 4, doc. 643).

Confirmando essas impressões, o Padre Antônio Vieira assim descreveu as pífias possibilidades de defesa da cidade do Rio de Janeiro, em um famoso relatório, o “Papel Forte”, datado de 1648:

O Rio de Janeiro, que a segunda praça do Brasil, tem duas fortalezas na barra que não podem impedir a entrada. Dentro não há fortificação considerável, e as praias são mui estendidas, onde pode saltar gente mui facilmente, e marchar pela cidade, que é toda livre (VIEIRA, 2002: 353).

Os custos de manutenção do sistema de defesa obviamente não eram reduzidos e, por isso mesmo, sua capacidade operacional dificilmente estava em condições plenas de funcionamento. Tais custos eram assumidos, em grande medida, pelos próprios habitantes da cidade. Afinal, conforme explica Fernanda Bicalho, *dada a falta de recursos da Fazenda Real, exausta de rendas devido ao ônus representado pelas guerras de Restauração na Europa, (...) os habitantes das praças marítimas da América portuguesa assumiram, por meio de tributos e trabalhos, os altos custos da manutenção do Império*. Isso se verificava desde a obrigatoriedade do fardamento, sustento e pagamento dos soldos das tropas e guarnições até a construção e o reparo das fortalezas, o apresto de naus guarda-costas contra piratas e corsários, a manutenção da armada em situações especiais e em momentos de ameaças concretas (BICALHO, 2001: 199).

O medo de invasões era tamanho no Rio de Janeiro que frequentemente fazia com que a população (ou parte dela) se mobilizasse em favor da defesa da praça. Assim sendo, em 1643, o Governador Luís Barbalho Bezerra sugeriu à Câmara que fossem levantados recursos para aplicação na defesa, conseguindo fazer aprovar um aumento nas taxas sobre o vinho, azeites doces e peixe pelo período de um ano (BICALHO, 2003: 305).

Mas, o que é curioso, é que tanto a literatura quanto a cartografia de João Teixeira não sublinham o estado precário de defesa da cidade, como fazem as correspondências e relatórios oficiais. Em 1640, mais uma vez, João Teixeira carrega na tinta e escreve:

O Rio de Janeiro é o melhor e mais seguro porto da costa do Brasil; e dos melhores do mundo, não só por sua grandeza e bom fundo e por ser capaz de muitas e grandes naus, mas também por ser de grande trato, assim pela grande abundância de açúcar que nele há e de outras fazendas de preço, como também pelo muito que dele se negocia para o Rio da Prata, de quem vem a ser a terra riquíssima (FERREZ, 1971: 17).

Este trecho escrito por João Teixeira é particularmente precioso. Similarmente ao que já anotara em seu Atlas de 1627, percebe-se como o cartógrafo mais uma vez enaltece a defesa da Cidade do Rio de Janeiro, considerado agora por ele como o *mais seguro porto da costa do Brasil*. Com isso, Teixeira contraria todo um conjunto de informações que insistia na precariedade das condições de defesa. Uma justificativa plausível para esse claro paradoxo está no fato de que as representações cartográficas eram uma forma significativa de se narrar o espaço americano. Neste caso particular, Teixeira registrava no imaginário europeu que o porto do Rio de Janeiro era o *mais seguro* do Brasil, ainda que, concretamente, suas defesas fossem pífias. O propósito dissuasório das cartas parece, pois, muito razoável: o saber produzido na narrativa de Teixeira buscava espantar pretensos invasores, sobretudo em um momento em que se acreditava que a qualquer instante a praça do Rio de Janeiro seria invadida pelos holandeses. Por outro lado, os benefícios para a coroa portuguesa eram evidentes.

Entretanto, nesse Atlas de 1627, João Teixeira avança: sublinha que o porto do Rio de Janeiro é *dos melhores do mundo*. E, uma das razões para isso está exatamente no *grande trato (...) como também pelo muito que dele se negocia para o Rio da Prata, de quem vem a ser a terra riquíssima*. Ora, ele evidencia de modo muito incisivo os intercâmbios que a elite mercantil fluminense mantinha com a elite portenha.

São bastante conhecidas as trocas mercantis que as praças portuguesas do Atlântico estabeleceram com Buenos Ai-

res, principalmente durante os 60 anos da União Ibérica (CANABRAVA, 1984; ALENCASTRO, 2000: 77-116). Por exemplo, o viajante francês Pyrard de Laval escreveu, por ocasião de sua viagem na América portuguesa, realizada em inícios do século XVII, que *nunca vi terra onde o dinheiro seja tão comum, como é nesta do Brasil, e vem do Rio da Prata* (LAVAL, 1944: 230).

A carta do mercador português Francisco Soares, que aportou no Rio de Janeiro em junho de 1596, traz informações mais detalhadas dessas ligações mercantis. Ela foi escrita em 1597 ao seu irmão, Diogo Soares, que estava em Portugal. Francisco alugou um armazém na cidade, onde vendia os artigos que transportara rapidamente e sob grande lucro. Testemunhou um tráfico praticamente regular com o Prata, realizado aproximadamente de três em três meses, em navios de 30 a 40 toneladas.

De acordo com esta carta, esses comerciantes traziam apenas ouro e prata de Buenos Aires, *15 a 20.000 ducados em reaes*, trocando-os por açúcar, arroz, fazendas e chapéus, item cuja demanda era relevante no Peru. Citava, inclusive, um negociante chamado Alonso Ramirez, que trouxe *10 ou 12.000 ducados em reaes de prata*. O lucro era muito relevante: *de 1.000 ducados de mercadorias de Hespanha terse-á de lucro 10.000*. Por fim, acrescentava taxativamente: *se os negociantes portugueses e hespanhoes tivessem conhecimento deste commercio, não mandariam nem ariscariam tantas mercadorias para Carthagera, como fazem. Por isso, este Rio é um grande commercio, o mais proximo e mais facil caminho para ir ao Perú*. (FAZENDA, 1927: 151-154).

O próprio Rei Filipe III demonstrava ter plena consciência da existência desse comércio. Pois escrevendo em 26 de novembro de 1605 ao Vice-Rei de Portugal Dom Pedro de Castilho, era sobremaneira categórico:

Eu sou informado que de Potosi baxão cada anno pelo Rio da Prata ao Brasil mais de 500.000 cruzados em moeda e pastas de ouro e prata, como ueeis pela Relaçam que vos sera com esta; encomendouos o façais uer no Conselho da

Índia e ordeneis que nelle se trate do Remedio que auera para euitar este dano; e tudo o que no dito conselho se tratar me escreuereis com vosso parecer (ALMEIDA, 1957: 303).

O relato de Ambrósio Fernandes Brandão, autor dos *Diálogos da Grandeza do Brasil* (1618), também testemunha exemplarmente as imbricações mercantis de portugueses e castelhanos no ultramar. Brandão afirmava que do Rio da Prata costumavam navegar muitos negociantes, chamados *peruleiros*, em caravelas e também em navios menores, em direção aos portos do Rio de Janeiro, Bahia e até Pernambuco. Traziam do Prata *soma grande de patacas de quatro e de oito reales, e assim prata lavrada e por lavar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grão, e ouro lavrado em cadeias*. Nestas praças portuguesas cambiavam os metais por *fazendas das sortes que lhes são necessárias, deixando toda prata e ouro que trouxeram na terra, donde tornam carregados das tais fazendas a fazer outra vez viagem para o Rio da Prata*. Além disso, frequentemente naqueles portos permaneciam os tais peruleiros para a conservação do trato, pelo que trocavam *o seu dinheiro por letra* ou compravam açúcar, que levavam para Portugal (BRANDÃO, 1977: 135-136).

Pelo que afirma, os moradores dessas praças também se interessavam pela permanência desta conexão, já que a participação nessas trocas era extremamente vantajosa para eles, que recebiam metais no instante da liquidação dessas operações mercantis (GARCIA, 1982: 23-28).

Nessas circunstâncias, para os conquistadores da América portuguesa envolvidos nesse trato, o metal branco representava a possibilidade de controle do crédito e de ampliação da liquidez na economia das praças ultramarinas envolvidas nesse comércio; enquanto que para os negociantes de Lisboa, representava a viabilidade de sua inserção nos mercados asiáticos, bem como a possibilidade da manutenção dessa cidade como distribuidora de artigos orientais na Europa (FRAGOSO & GOUVÊA: 2006: 20).

Em síntese, é fundamental sublinhar que o Prata aparece na gestão portuguesa

como um dos elementos constituintes dos circuitos mercantis do Atlântico Sul. Se o principal artigo atlântico para venda em Buenos Aires eram os escravos de Angola, a prata remetida por esse porto liquidava parcela do pagamento referente às mercadorias adquiridas no Oriente, a exemplo de tecidos. Tais itens, por sua vez, eram empregados para aquisição de mais negros em Angola, iniciando-se desta feita novamente a engrenagem mercantil atlântica. Dessa maneira, o Prata se vinculava ao tráfico negreiro duplamente: como área receptora de cativos, por um lado; e como fonte de recursos para, indiretamente, viabilizar a aquisição de mão de obra em Angola. Não faz sentido pensar a inserção da região na pauta política da coroa sem pressupor essa lógica (LOUREIRO, 2010).

Houve, portanto, durante o século XVII, ativo comércio entre algumas praças da América portuguesa, Angola e a Bacia do Rio da Prata, de modo que se pode falar de um eixo comercial Luanda-Rio de Janeiro-Buenos Aires-Lima, ou Salvador-Rio de Janeiro-Buenos Aires-Lima, por exemplo. Diante de todas as vantagens decorrentes do comércio português no Rio da Prata, cabia a João Teixeira reforçar, em suas representações, a pretensão do direito natural luso sobre a região. Ainda que não houvesse um conhecimento preciso acerca dos traçados geográficos americanos, derivado do próprio desconhecimento prático e das limitações técnicas da época, as disputas pela área em causa podem ser verificadas pelas deformações que se produziam na cartografia.

Os planisférios espanhóis anteriores ao tratado de Saragoça, por exemplo, costumavam incluir as Molucas em área de jurisdição hispânica, alterando os pontos por que passava o antimeridiano de Tordesilhas no Oriente. Por decorrência da alteração do antimeridiano, alterava-se inevitavelmente o meridiano e o resultado era que a Bacia do Prata, ou ao menos o seu estuário, acabava dentro dos domínios portugueses. Um exemplo desse tipo de distorção, apesar da qualidade com que representa a costa brasileira, são os três planisférios de Diogo Ribeiro (1527-29), um português que serviu à coroa espanhola.

No caso de cartas portuguesas, mormente na segunda metade do século XVI, a região adjacente ao Rio da Prata tendia a ser representada inserida nas demarcações portuguesas, de modo que tais cartas se traduziam em importante instrumento político. Um exemplo é os mapas elaborados pelo cartógrafo e cosmógrafo real Lopo Homem, especialmente o de 1519 que, grosso modo, *serviu de modelo ou padrão oficial por mais de dois séculos* (CORTESÃO, 1965: 322).

As deformações contidas nesse mapa foram maximizadas nos mapas de Vaz Dourado e nas célebres cartas dos Teixeiras (CORTESÃO, 1965: 91). Outro artifício gráfico utilizado para indicar posse era o registro de bandeiras lusas em terras espanholas, a exemplo de uma carta portuguesa anônima datada de 1600, em que há uma bandeira portuguesa em pleno território paraguaio, sobre a *cidade de la conçeicon*. (ALMEIDA, 1957: 48).

Também era comum a ocorrência de outros subterfúgios gráficos a fim de inserir uma extensão maior de terras nos domínios portugueses: aproximava-se o atual Nordeste brasileiro ao arquipélago de Cabo Verde ou distendia-se a sua costa, a partir da inflexão do Espírito Santo ou Rio de Janeiro, no sentido oriental.

Outro argumento de muito conveniente – porque retirado do direito natural – que aparecia na literatura e na cartografia e que buscava respaldar a pretensão de direito luso sobre o Prata é o da *Ilha Brasil*. Mito de origem lusa-tupi, indicava uma lagoa (Eupana) no interior da América, de onde vazavam os Rios Amazonas e da Prata, delimitando, juntamente com o Atlântico, uma ilha em parcela do continente. Assim, para evitar guerras entre católicos, Deus generosamente teria criado fronteiras naturais, separando as terras lusas das hispânicas. Não cabia, pois, aos homens modificá-la. O próprio Padre Simão de Vasconcelos escreveu em 1654 que do centro da América davam-se *as mãos dois rios em uma lagoa famosa do Chile e do Peru; eram dois gigantes que a defendem e a demarcam entre nós e Castela* (CORTESÃO, 1958: 137). A cartografia também está repleta de exemplos de mapas que indicam a crença

no mito da *Ilha Brasil*, como os de Antônio Sanches, 1640 (Biblioteca Koninklijke, Haia); Mapa-Múndi de Batolomeu Velho, Lisboa, 1561 (Museu Naval de La Spezia); Mapa de Arnoldus Florentinus. Antuérpia, fins do XVI; América Austral, de Luís Teixeira, 1600 (Biblioteca Nacional de Florença); João Teixeira Albernaz, 1640 (Biblioteca de Port de Toulon).

As representações cartográficas famosas desenhadas por João Teixeira em 1630, 1637, 1640 e 1642, bem como as de João Teixeira Albernaz, “o moço”, de 1666, também inseriam o Vale do Prata nas demarcações portuguesas (CORTESÃO, 1965: 91; ALMEIDA, 1957: 50-53). João Teixeira Albernaz, “o velho”, ainda incluiu toda a Bacia do Prata nas demarcações portuguesas, maximizando as representações de Luís Teixeira, seu pai, que incluía apenas a foz do Rio da Prata nos domínios de Portugal (SANTOS, 2009: 6). Ou seja, João Teixeira, como cartógrafo interessado em prestar serviços para a coroa, procurava elaborar representações que fossem da utilidade e conveniência do serviço real. Em contrapartida, em um contexto de Antigo Regime, devia esperar receber mercês. Tanto é verdade que solicitou ao Rei, em 1622, o cargo de cosmógrafo-mor, sendo preterido, contudo, por Valentim de Sá.

Assim, João Teixeira não recebeu as mercês que pretendia. Em fins do século XVII, Manuel Pimentel escreveu um parecer crítico sobre o atlas de Albernaz, de 1642. Registrou que *acho não estar conforme em a maior parte das distancias e rumos, posto que esteja conforme em algumas cousas. Mas principalmente está muito errado o primeiro mapa, em que se contem em ponto mais miúdo toda a costa do Brasil*. Em seguida, entretanto, Pimentel enaltecia o trabalho de João Teixeira Albernaz, “o moço”, comparando seus mapas com os de seu avô: *Tendo uisto muitas outras cartas deste mesmo loão Teixeira e nenhuma delas tem aquella certeza e exacção que contem as que hoje descreve loão Teixeira Albernaz [o moço], Cosmographo de S. Magestade que Deos guarde* (ALMEIDA, 1957: 315).

A partir da década de 1670, a coroa portuguesa apostava mais claramente no pro-

jeto de ocupação militar da Bacia do Prata, arquitetado desde a década de 1640 (LOUREIRO, 2010). Para tanto, fundou inclusive a Colônia de Sacramento em 1680. Nesse novo contexto, muitos mapas precisariam ser produzidos para legitimar as ações portuguesas na área, sustentado os argumentos dos conselheiros e embaixadores lusos junto a Madri. O próprio Pimentel lembra que *agora se estão fazendo padrois de todas as costas das Conquistas de Portugal, por ordem de Sua Magestade*. Todavia, ainda que contexto parecesse favorável e muito embora um mapa de João Teixeira Albernaz, “o moço”, fosse até utilizado nas Conferências de Badajoz, não consta que tenha recebido melhores mercês que seu avô (ALMEIDA, 1957: 315 e 454).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse cenário que se foi construindo, o Rio de Janeiro assumiu um papel especial nas transações intercoloniais que estavam se estabelecendo, na medida em que, por meio da Baía de Guanabara, além de rotas terrestres subjacentes, adquiriu capacidade para volumoso trato e entrada de contingentes humanos devidos ao processo de colonização e mercantilização de seu espaço. Sua economia e sua modificação urbanístico-social acompanharam todo o processo das relações comerciais em que o Rio estava inserido.

Entre 1580 e 1640, a cidade expandiu consideravelmente suas redes comerciais em direção à África e ao interior da América, principalmente na bacia platina. Favorecidos pela política espanhola de Filipe II, interessado no domínio europeu, seus cidadãos limitaram o controle metropolitano. Formava-se no Rio um grupo mercantil, que muito frequentemente estava também imiscuído com a administração regional da cidade e com a *plantation* açucareira.

Além de intermediário nas relações afro-hispânicas, e também em decorrência disto, os mercadores fluminenses acabaram por estimular o domínio português das terras meridionais. A Colônia do Santíssimo Sacramento, fundada pelo governador

do Rio de Janeiro em 1680, dispôs de seu apoio logístico dessa mesma cidade.

Neste contexto, João Teixeira, contrariando o sentido das correspondências oficiais, produziu representações que não apenas valorizavam o sistema de defesa do porto do Rio, mas também enfatizavam sua inserção mercantil nas malhas imperiais da monarquia pluricontinental portuguesa. Desnecessário dizer que essas cartas, em última análise, em virtude de se constituírem verdadeiras formas de narrar a América, produziam saber acerca de seu território. Contribuíam, dessa forma, para a formação de interesses diversos sobre áreas que podem ser consideradas focais. Subsidiavam, além disso, pareceres de órgãos consultivos, a exemplo do Conselho Ultramarino, instituído em 1642, bem como respaldavam as negociações diplomáticas e orientavam as decisões dos monarcas. Em suma, a produção de João Teixeira relaciona-se com a própria

circulação de informações na monarquia pluricontinental portuguesa, intrincando-se com a governabilidade régia.

Sob uma cultura política de Antigo Regime, em que serviços prestados por vassalos eram trocados por mercês régias, as representações provavelmente tiveram de se alinhar aos interesses da coroa. O sistema de mercês ganhava ainda mais força depois de 1640, quando o golpe da Restauração, que colocou Dom João IV no poder, demandava novas alianças, bases sociais e legitimidade para a nova dinastia. A distribuição de mercês criava, portanto, uma verdadeira cadeia de clientela política para os que pegassem em armas, apresentassem recursos ou, como sugerimos, empenhassem seus esforços em favor do novo rei. Não foi à toa, então, que a cartografia superestimou a defesa da cidade, bem como recorreu a diversos dispositivos gráficos para posicionar o Prata nas demarcações lusas.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: FLUC, 1957.

ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. "La Monarquía. Poder Central y Poderes Locales". In DE MARCO, Miguel Angelo (dir.). *Nueva Historia de la Nación Argentina*. 2ª Ed. Tomo II. Buenos Aires: Planeta, 2003, p. 209-250.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A Cidade e o Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. "As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império". In FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 Vols. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Introdução de Capistrano de Abreu; notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. (Col. Reconquista do Brasil; nova série; v. 82). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

CASALILLA, Bartolome Yun. "Entre el imperio colonial y la monarquía compuesta. Élités y territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII)". In CASALILLA, Bartolome Yun (dir). *Las Redes del Imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Universidad Pablo de Olavide, 2009, p. 11-94.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. 2vols. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965.

\_\_\_\_\_. "A missão dos padres matemáticos no Brasil". In *Studia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos/Ultramarinos. Agência Geral do Ultramar, janeiro de 1958, p. 137.

CURTO, Diogo Ramada. "Remédios ou Arbótrios". In CURTO, Diogo R. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV-XVIII)*. Campinas: Unicamp, 2009, p. 177-194.

DUVERGER, Maurice. "O Conceito de Império". In DORÉ, A.; LIMA, L. G. (orgs.). *Facetas do Império na História. Conceitos e Métodos*. São Paulo: HUCITEC, 2008, p. 19-38.

ELLIOTT, J. H. "A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII". In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial, Vol I*. 2ª Ed. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 283-337.

FAZENDA, José Vieira. "Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro". In *Revista do IHGB*, Tomo 88, Vol 142, 9ª Ed. Rio de Janeiro: IHGB, 1940.

FERREZ, Gilberto. "Organização da Defesa: Fortificações". In *Revista do IHGB*. Volume 288. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1971, p. 108-120.

\_\_\_\_\_. *O Rio de Janeiro e a Defesa de seu Porto*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1972.

FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVÊA, M. de Fátima. "Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império". In *Penélope*, nº 23, 2000, p. 67-88.

\_\_\_\_\_ & GOUVÊA, Fátima. "Monarquia Pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". In *Revista Tempo*, Vol.14, nº 27, p. 49-63.

GODINHO, Vitorino Magalhães. "Restauração". In SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VI. Porto: Figueirinhas, 1992, p. 307-326.

GOUVÊA, Maria de Fátima e NOGUEIRA, Marília. "Cultura política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII". In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 90-110.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.

LAVAL, Francisco Pyrard de. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval. Contendo a notícia de sua navegação às Índias Orientais, Ilhas de Maldiva, Maluco e ao Brasil, e os diferentes casos que lhe aconteceram na mesma viagem nos dez anos que andou nestes países (1601 a 1611). Com a descrição exacta dos costumes, leis, usos, polícia e governo; do trato e comércio, que neles há; dos animais, árvores, frutas e outras singularidades que ali se encontraram.* Versão portuguesa correta e anotada por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. Edição Revista e atualizada por A. de Magalhães Basto. Porto: Livraria Civilização, 1944.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. *A Gestão no Labirinto: circulação de informações no Império Ultramarino Português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705).* Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), 2010 (dissertação de mestrado).

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercês e Venalidade em Portugal (1641-1789).* Lisboa: Estar, 2001.

PUJOL, Xavier Gil. "Spain and Portugal", in LLOUD, H. A.; BURGESS, G. & HODSON, S. *European Political Thought, 1450-1700.* New Haven and London: Yale University Press, 2007, p. 416-457.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas. Monarcas, Vassalos e Governo a Distância.* São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, António Silva. *Cartografia Náutica Portuguesa dos Séculos XV a XVII.* Lisboa: Instituto Hidrográfico, 2011.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

SANTOS, Márcia Duarte & GUERRA, Amanda Estela. "O Estado do Brasil no texto de Frei Vicente do Salvador e na cartografia de João Teixeira Albernás". In *Anais do III Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica.* Ouro Preto: UFMG, 2009.

SKINNER, Quentim. *As fundações do pensamento político moderno.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TEIXEIRA, Bento. *Prosopopeia.* Lisboa, 1601.

VIEIRA, António. *Escritos Históricos e Políticos.* São Paulo: Martins Fontes, 2002.